

**International symposium *Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History*,
Berlin, 24-26 September 2003**

The copyright for this paper lies solely with the author. Any further circulation requires his or her personal permission (see addresses under [participants-->contributors-->contact list]) as well as full and accurate attribution to the author, Symposium and web location.

**Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e
Caminhos, Exércitos e Estradas, (1483-1915)**

Maria Emília Madeira Santos

As iniciativas de estabelecer relações regulares, a partir do litoral, com chefes africanos sedeados no interior, pode dizer-se que se iniciaram no séc. XV e terminaram no início do século XX. As comunicações entre espaços políticos, económicos e culturais diferentes implicava a relação directa com os poderes africanos, quer com os mais fortes e quase sempre resguardados a grandes distâncias quer com pequenos potentados cujos territórios condicionavam o acesso aos primeiros.

Quando os portugueses chegaram a Angola (1483) a primeira iniciativa que tomaram foi a de contactar directamente a Banza Congo. A Corte do potentado mais forte de que tiveram notícia na costa. Ali foram conduzidos por delegados do Soio que mantinham comunicação regular com o suserano.

Na segunda viagem (1485) os próprios navios de Diogo Cão subiram o Zaire conduzidos por pilotos locais treinados, cedidos necessariamente pelo chefe da foz do rio.

De qualquer modo foi um enorme risco, só justificável pelo objectivo primordial de contactar, directamente no seu território, o poder político da área.

As tentativas de contactar os detentores do poder nos próprios sítios desse poder apresentam várias tipologias, conforme as áreas geográficas, os meios utilizados e os principais objectivos, evoluindo num processo histórico descontínuo, mas em que a memória serviu de argamassa, recuperando acordos seguidos de afastamentos, diálogos seguidos de silêncios.

Como solução experimental podemos distinguir três ou quatro fases nesta longa duração, sem contudo significar que elas se sucedem cronologicamente em todo o espaço angolano. No entanto tomando de *per si* cada área, as fases seguem habitualmente esta ordem.

Primeiro vai-se para contactar e se estabelecer junto do poder.

Em seguida para pedir passagem; autorização para ultrapassar o espaço dominado pelo chefe e atingir outro poder político mais longínquo.

Na terceira fase, e na linguagem da época, vai-se para “pacificar”, instalando o poder colonial e deixando permanecer a autoridade africana submetida.

Na última fase anula-se e substitui-se o poder político africano.

As ligações episódicas podem estabelecer relações regulares ou produzir repulsas prolongadas, mas com todos os resultados se ganha experiência e cria a imagem do outro poder junto do qual se querem acreditar.

Por vezes, embora raramente, alternam-se as posições, são os poderes do hinterland que pretendem relacionar-se, não tanto com as autoridades coloniais, mas com o poder do rei ultramarino que consideram corresponder-lhes em hierarquia.

Na África Central não se conhecia o nome do governador de Luanda, nem de Quelimane, mas antes o do Mueneputo, como título, e a dada altura, o de D. Maria II, como nome próprio.

Aos sítios do poder africano os europeus ou europeizados chegaram como delegados de um poder exterior, missionários de uma religião exógena, comerciantes de mercadorias desconhecidas, mas sempre reconhecendo a superioridade hierárquica do chefe africano.

Todas as relações acabam por atingir os aspectos políticos dos Estados Africanos. Ao exigir ser frequentado na sua própria residência, o efeito de representação do seu poder sobre o espaço e o tempo materializa-se. Dentro da corte o tempo é marcado pelo próprio chefe e a espera imposta ao visitante por intermédio da hierarquia cortesã simboliza a posição subalterna do visitante e também o grau de interesse por parte do chefe africano no estabelecimento ou no relaxamento da relação. É ele que fazendo funcionar a estrutura do seu poder político até ao mais distante vassalo abre os caminhos quando quer dar acesso ao estranho.

A organização do espaço nas povoações dos chefes, a presença de árvores seculares, a existência de água potável assegurada, a proximidades da área sagrada, os túmulos, o bosque sagrado, a praça das audiências, onde, mais cedo ou mais tarde, era recebido o estrangeiro foram aspectos fundamentais nos relatórios que atravessaram todas as épocas.

Não raras vezes a visão da corte, marcada pela estrutura hierarquizada da sociedade transmite ao visitante a imagem nebulosa do poder que se oculta para lá dos muros, das paliçadas, das habitações dos cortesãos, que circulam trazendo e levando mensagens, numa encenação de inacessibilidade. A estrutura da povoação permite entender que existe uma hierarquia, tanto mais complexa, quanto mais forte é o poder do chefe e a intermediação do aparelho que o rodeia.

O primeiro cientista a compreender, no final do séc. XVIII, que deve pedir auxílio ao poder africano dirigindo-se ao sítio onde ele está sedado é o Dr. Lacerda e Almeida. Uma vez chegado a Moçambique, abandona todos os projectos científicos que levava de Lisboa para atravessar a África, e vai desviar a sua rota, centenas de quilómetros para Norte em direcção ao Muata Cazembe.

O cientista, já no século XIX, tomaria uma postura diversa, influenciada pelos estudos etnológicos e filosóficos da época.

A ciência e a tecnologia europeias não recorriam ao saber africano. A participação de africanos nas expedições científicas limitava-se ao recrutamento de carregadores, guias e fornecimento de parte da alimentação.

O militar, no final do séc. XIX, iniciará uma outra relação de força pela conquista que atingirá, no final do período, a própria destruição do sítio do poder.

O caminho para a sede do poder africano era o caminho gentílico, aberto por decisão local, sob solicitação do viajante com condições impostas ou negociadas.

A via para o estabelecimento do poder colonial e até já para a conquista militar era a estrada carreteira, aberta pelos carros de bois e posteriormente percorrida pelos camiões.

Era este período final que me propunha tratar na minha comunicação, intitulada “Caminhos gentílicos e Estradas Carreteira. Duas lógicas, dois poderes”. Pareceu-me no entanto útil e possível expandir a abordagem para um nível de análise mais vasto.¹

Dado que por razões de ordem profissional precisei seguir orientações que me conduziram ao estudo da África Atlântica desde o séc. XV ao XX, - embora possam ter saído prejudicadas algumas particularidades específicas, - torna-se agora possível acompanhar este processo histórico na longa duração em que progressos e fracassos

¹ Esta opção foi-me sugerida pelo texto de Joseph C. Miller, “A Dimensão Histórica da África no Atlântico: açúcar, escravos e plantações”, apresentado em 1996 na II Reunião Internacional de História de África subordinada ao tema *A Dimensão Atlântica da África*, Rio de Janeiro, 1997, pp. 21-40, em que o autor se propõe “revelar as dimensões cronológicas de um processo integralmente histórico de desenvolvimento por etapas distintas (...) um processo lento, pouco conhecido (...)”. p. 21.

acordos e confrontos se tornam visíveis através da comparação de narrativas já feitas, mas ainda não analisadas em conjunto.

As contrariedades dos primeiros contactos com a costa da Guiné, e o facto de se descobrir a existência de um arquipélago desabitado a pouca distância do Cabo Verde, levaram os portugueses a optar por uma instalação na ilha de Santiago, criando ali uma verdadeira feitoria insular da costa da Guiné. Entreposto onde se recebiam escravos da Guiné e se reenviavam para a Europa e para a América. A estratégia estava em não se estabelecer oficialmente na costa e não se intrometer nas estruturas políticas e económicas locais que conduziam os escravos ao litoral onde os navios de Cabo Verde os compravam. Os únicos intermediários officiosos e “fora da lei” eram os lançados que embora prestando serviços de intermediários agiam por conta própria, sem qualquer representatividade oficial².

O mesmo sucederia no golfo da Guiné, em que uma fortaleza de S. Jorge da Mina fechada sobre si própria, recebia o ouro do *hinterland*, mas se apoiava na feitoria insular que era a ilha de S. Tomé.

A partir daí avançando para o sul, o expediente de criar um litoral alternativo insular deixava de poder repetir-se. Era necessário outro tipo de relacionamento com o poder africano. A estratégia era outra.

É que aquela terra não era penetrável sem a intermediação dos poderes políticos africanos. Não era sequer interessante contactar o seu litoral, sem se dar a conhecer previamente aos potentados do *hinterland*.

E os riscos eram tantos para estabelecer relações completamente novas que os pioneiros e os posteriores transeuntes ficaram durante séculos dependentes dos estados africanos mais ou menos poderosos³.

E pediam-lhes muito!

Autorização para se instalar, utilização das suas estruturas, captura e condução dos escravos até às feiras, utilização das vias de comunicação abertas e controladas pelos africanos, utilização dos equipamentos para a travessia dos rios, utilização das suas estruturas políticas através de ordens para os chefes subordinados, no sentido de lhes darem passagem, lhes venderem alimentos, lhes prestarem auxílio na condução e segurança contra ladrões.

Sei que a assembleia que me ouve conhece as narrativas e as monografias, quando existem, acerca da busca dos sítios do poder sedeados na África Central Ocidental. Por isso seja-me permitido seleccionar alguns casos que ilustrem as mudanças neste processo desenvolvido ao longo de mais de 400 anos e que termina com a eliminação do objecto buscado ou procurado por vários meios, muitas vezes desconexos mas evidenciando, no seu conjunto uma continuidade.

As ligações políticas, administrativas e religiosas entre os reis de Portugal e os do Congo são o *ex-libres* desta busca recíproca de poderes e culturas que se exigiam mutuamente a visita, a presença, o reconhecimento nas respectivas cortes. Os poderes sedeados a tão grande distancia como a que decorre entre S. Salvador do Congo e Lisboa precisam de se tornar mutuamente visíveis pela arquitectura, pelas marcas simbólicas do seu poder e da sua riqueza pelo registo escrito que legitima o poder e transmite a imagem desejada, pela religião que integra noutro sistema de poderes mais vasto e pode também confirmar e legitimar, pelas trocas de longa distancia em que

² Maria Emília Madeira Santos e Ilídio Baleno, “Litoral: linha de atracção, repulsão e compressão (Arquipélagos e Costa Ocidental Africana), *Limites do Mar e da Terra*, Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e Hidrografia, Lisboa, 1998, pp. 147-152.

³ Michel Mollat du Jourdin, “Pour une Histoire du Risque: une clé des pouvoirs”, *Les Assises du Pouvoir. Temps médiévaux, territoires africains. Pour Jean Devisse*, Presses Universitaires de Vincennes, 1994, pp. 238-244.

sempre perde aquele que não conhece o valor dos produtos que recebe e que fornece, no outro extremo do circuito.

Esse terá sido um modelo nunca repetido que de perto ou de longe enformou muitas das tentativas de estabelecer relações.

Mas não nos deteremos situemo-nos então em meados do século XVIII quando os contactos mais ou menos directos entre delegados do governo português e os potentados africanos já tinham lugar a grandes distancias do litoral, mas também quando estes poderes detinham intacta a sua esfera de exercício de poder e a capacidade de opção sobre conceder ou proibir o acesso de estranhos a áreas exclusivas com significado económico ou simbólico.

À época, o chefe político mais poderoso e simultaneamente mais longínquo, contactado indirectamente pelos representantes das autoridades de Luanda era o chamado Jaga de Cassange⁴.

Neste caso o acesso directo ao sítio do poder era dificultado pelo próprio chefe político, empenhado em exercer o papel de Estado tampão, entre o hinterland a leste do seu território e as ultimas ramificações do comércio de longa distância da colónia de Angola, que atingia a feira de Cassange, dominada pelo próprio Jaga, como intermediário e codirigida por um representante do governo de Luanda. Todo este mecanismo era accionado pelo tráfico de escravos para exportação, factor que determinava o jogo de forças dos poderes políticos africanos, antes mesmo de condicionar o mercado externo.

Medidas drásticas eram tomadas para que o comércio colonial não contactasse a corte e o curso de Cuango, e não conhecesse o que estava para lá do rio.

Neste caso o interesse do governo de Angola em contactar directamente a corte do Cassange, não era tanto obter livre transito até aquele sitio do poder, mas investigar como ultrapassa-lo.

As regras de jogo que regulamentavam as relações comerciais na feira do Cassange, estavam estabelecidas embora frequentemente violadas, mas pretendia-se agora a visita, a entrevista, a recepção.

Neste caso o potentado evitava a embaixada, intra-muros, interessava-lhe manter a distancia para não ocasionar o conhecimento da passagem para além dos seus domínios.

Trata-se de um caso raro em que o chefe africano, procura impedir a visita do delegado da autoridade colonial dada a proximidade da sua corte relativamente ao território do seu maior fornecedor de escravos. Pretendia, a todo o custo impedir o contacto entre os compradores do litoral e os fornecedores do hinterland.

Acabaria, por recebê-lo por intermédio de dignitários da corte. Todas as negociações decorreram entre estes e o representante de Sua Majestade Fidelíssima não fazendo qualquer das partes referencia ao governador de Angola que era apenas uma autoridade intermédia. Correia Leitão joga com factores de consumo e produção, mas também equilíbrios políticos, entre o japa Cassange e o seu maior fornecedor de escravos, o Muatiânvua.

Apresentou reivindicações para um funcionamento da feira do Cassange, mais vantajoso e seguro para os pombeiros de Angola e lembrou-lhe que era através desse comércio que recebia as armas de fogo e a pólvora. Quando se apercebeu do significado africano da proibição de fornecimento de armas aplicou-a como argumento para fazer depender do comércio português, o equilíbrio político entre o Cassange e o Muatiânvua. Potentado este cujo poder acabava de lhe ser dado a conhecer por informadores de segunda mão.

⁴ John K. Thornton, *The Kongolese Saint Anthony Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1698-1706*, Cambridge University Press, 1988.

O hipotético papel de um parceiro mais distante e poderoso surge como forte argumento. A preponderância dele, Cassange estava na posse e boa utilização das armas e da pólvora fornecidas pelos portugueses. Sem este fornecimento teria já sido destruído pelos Lundas, visto que o equilíbrio de forças entre o Cassange e o Muatiânvua era extremamente instável e frequentemente quebrado pelo segundo.

A notícia sobre um outro poder político, mais forte, mais distante e mais interessante para o governo da colónia trazida pelo delegado é talvez aquela que mais resultados vai apresentar no futuro.

Efectivamente a informação de maior interesse para os planos geo-estratégicos do Império colonial era a de que, para além do Muatiânvua “o Senhor dos Senhores”, ser muito superior ao de Cassange, era também o seu maior inimigo e mostrava interesse em eliminar o tampão que o separava do comércio com os brancos do ocidente.

Correia Leitão ocupa-se particularmente em descrever o poder e a grandeza do potentado mais distante, ainda não contactado, que se afigura poder vir a ser um aliado valioso.

Colhe a ideia de que o Muatiânvua, embora pretenda contactar os brancos do Ocidente e do Oriente se apercebera do perigo de poder vir a sofrer pressões conjugadas dos dois lados⁵. Efectivamente esse viria a ser o futuro da África Central já no final do século XIX, quando os meios de comunicação atingiam uma eficácia inimaginável no século anterior.

Mas, avançando até 1809, data em que se inicia nova viagem oficial, em direcção à Mussumba do Muatiânvua, podemos constatar que, se havia um sítio do poder com significado simbólico extensivo a toda a África Central Ocidental e até Oriental, era a área das Mussumbas.

No entanto, o Muatiânvua continuava isolado pela entre posição do Cassange. Os objectivos coloniais eram agora declaradamente os de concluir uma travessia de costa a costa, mas os meios estavam muito próximos daqueles de que dispunha Correia Leitão.

Havia agora conhecimento sobre a existência do Muata Cazembe do lado Oriental, as relações de vassalagem frouxa existentes entre os dois impérios e um itinerário que os ligava.

Ao contrário de Correia Leitão os dois pombeiros do Cassange encarregados de executar a travessia contornaram os potentados isoladores e procuraram estabelecer contacto directo com a Mussumba. Era aí que estavam as “portas do caminho”. Dependia do Muatiânvua abri-las ou fecha-las aos delegados negros dos brancos do Ocidente.

No início de 1806 Pedro João Baptista e Amaro José atingiram a corte de Muatiânvua de onde partiram a 22 de Maio com autorização para se dirigirem ao Muata Cazembe.

Durante este período parece terem estado hospedados na Mussamba (sítio Grande do Muope) em casa do seu filho Capenda hianvo.

O seu diário não se ocupa sequer das negociações com o Muatiânvua e, uma espera de quatro meses pode considerar-se muito curta, numa corte que retém os seus visitantes e hóspedes. É preciso fazer notar que o caminho que lhes foi franqueado era o cordão umbilical que ligava o da Lunda e do seu vassalo, senhor do Cazembe, mas não era percorrido regularmente. Eram os portadores de tributos de sal gema para o Muatiânvua e de pedras verdes do Catanga (malaquite, minério de cobre) para Cazembe, que mantinham as relações do suzerano com o vassalo através de regiões quase desabitadas. Junto do rio Lubudi um quilolo recebia os que vinham da Lunda para o Cazembe e vice-versa.

⁵ Correia Leitão “Uma viagem ao Cassange nos meados do século XVIII” *Boletim de Sociedade Geografia de Lisboa*, sér. 56, nºs 1 e 2, Jan. Fev. 1938, pp. 3-31.

O Muatiânvua toma-os a sua guarda confia-os a um guia, remete-os ao seu vassalo como delegados do Rei de Portugal e recomenda a este uma boa recepção aos viajantes.

Na corte do Cazembe, após uma pequena espera o guia apresenta os companheiros como vindos de Angola, mandados ao rei do Cazembe, pelo Rei seu amigo a que eles chamam Mueneputo tendo sido despachados pelo Murope (Muatiânvua) com ordem para o seu vassalo os tratar “sem malícias”.

Mais ainda “manda recomendar bastante o seu Murope [ao Cazembe] fazer todo o necessário para despachar os ditos viajantes onde desejam e lhos tornar a mandar para o dito Murope os entregar de donde vieram”.

No final da entrevista, para que fique registado, entregam uma carta do rei Mueneputo, para que o Muata Cazembe a “mande ler e ouvir o pedido que lhe faz de abrir os caminhos aos seus emissários até Moçambique (Sena)”⁶.

Para além de se pressupor que há na corte alguém que lê português, perpassam aqui uma série de jurisdições que se comunicam e se reforçam para que estes dois homens atravessem a África de Costa a Costa sob a protecção dos dois grandes impérios de África Central com as credenciais de um rei não sendo africano que está para lá do mar, e exerce o seu poder simultaneamente a Ocidente e a Oriente. Estes poderes viam-se assim confrontados com a estranheza de um poder descontínuo, que fazia do mar o seu meio enquanto o poder deles estava na terra, na mobilidade dos homens nela.

Os contactos oficiais ou oficiosos das colónias portuguesas das duas costas com os grandes potentados da África Central intensificam-se com objectivos e actores diversos, tomando várias feições e daí resultando vários tipos de recepção.

O comerciante Rodrigues Graça enviado à Lunda ao serviço do governo colonial, em 1843, joga com factores económicos, problemas de oferta e de procura, tal como Correia Leitão, mas pretende intervir na produção e particularmente na estrutura política, através dos poderes secundários. Antes de atingir a sede do Muatiânvua, o sertanejo contactou, os súbditos deste potentado acordando com eles a protecção das caravanas sertanejas de Angola e a substituição do comércio de escravos pela produção agrícola e a caça ao elefante.

Rodrigues Graça desconhecia a organização férrea do império Lunda e a eficiência dos seus *cacoatas* na vigilância da actuação de todos os súbditos. A argumentação de que o Muene Puto podia cortar-lhes o fornecimento de armas de fogo e da pólvora parecia-lhe suficiente para poder alcançar, quando não o preito de homenagem e obediência, e tão necessária observada pelo lado da política, e colonial.⁷

Na Mussumba, em Setembro de 1847, foi recebido com as honras do primeiro embaixador do Muene Puto. Mas este emissário não vinha em nome de um poder parceiro, propunha a subordinação ao Rei de Portugal concretizada pelo pagamento de um imposto e ameaçava com o corte das relações comerciais.

Não era ainda a hora de transformar ligações comerciais, em subordinações políticas.

Rodrigues Graça permaneceu na Mussumba cerca de um ano e acabou desacreditado e despedido. A proposta da produção de uma outra mercadoria, o marfim, para superar o desequilíbrio trazido pela proibição da exportação de escravos também não podia ser correspondida pelo Muatiânvua cuja economia continuou baseada na razia e no tráfico de escravos.

Embora não tendo obtido êxito ou talvez compreendendo a razão do fracasso, o emissário apercebeu-se de que as ricas regiões da Lunda e do Caçange poderiam vir a

⁶ “Exportações dos Portugueses no Interior d’África Meridional – Documentos Relativos à Viagem de Angola para os Rios de Sena” (travessia dos pombeiros), *Annaes Marítimos e Coloniais*, parte não oficial, Lisboa, 3ª ser., 1843, pp. 189, 439.

⁷ Joaquim Rodrigues Graça, “Expedição ao Muatianvua – Diário”, *B.S.G.L.*, 9ª ser., nºs 8 e 9, Lisboa, 1890, pp. 419-20.

desempenhar importante papel no conjunto de África Central e ficou impressionado ao encontrar uma civilização que se lhe impunha.

É sua a primeira descrição da Mussumba, o mítico sítio do poder da África Central. «Julga-se o viajante transportado a um país civilizado, a polícia que encontra, a limpeza das ruas em linha recta, praças espaçosas (...) a beleza, a ordem e o asseio (...)».

Surpresa semelhante fora a dos Pombeiros recebidos na corte do Cazembe em 1806 perante o aparato da recepção na praça pública das audiências, reforçado pela presença dos dignitários dos conselhos e pelo vestuário exótico importado de Zanzibar.⁸

Mas, em 1831 um emissário de Moçambique, misto de militar e comerciante, Pedroso Gamito, chegara também ao Cazembe e para além da descrição das ruas regulares e limpas desenhava uma planta legendada da cidade.

Apenas duas notas: a habitação do Muata Cazembe é designada por Mussumba tal como a da Lunda, e a alguma distância da cidade, está representado o “Bosque dos Gangas” que terá sido visitado, visto que a legenda explica: “bosque horrível onde habitam os Gangas”. É a única reprodução cartográfica de um bosque sagrado que conheço.⁹

Nessa época Gamito reconhece estar diante de um potentado que “não tem hoje potência alguma que possa temer (...) a uma força respeitável, reúne a cega obediência dos seus vassalos”.¹⁰

Rodrigues Graça a ocidente, Gamito a oriente encontraram a mesma indiferença ao estabelecimento de relações mais estreitas do que as produzidas pelo comércio e até a mesma estratégia de se manter separado do domínio dos brancos com um cordão de povos independentes que não impediam as comunicações comerciais, mas os isolavam dos únicos rivais políticos que à época podiam antever.

Por enquanto o comércio de longa distância beneficia da protecção dos estados e é ele próprio um factor de alargamento do poder desses estados, mas, apesar das posições defensivas dos chefes, não deixa de levantar problemas de produção, de consumo, de comunicações e de desorganização social, vindo mais tarde a atingir as estruturas políticas.

No final do século XVIII, o primeiro cientista explorador da África Austral, Dr. Lacerda e Almeida recebeu o encargo de atravessar o continente, tendo chegado a Tete sem quinino, sem um plano definido. Aí encontra já estabelecido o comércio sertanejo regular com o Cazembe e tem oportunidade de ouvir a História da África Central contada pelo próprio príncipe herdeiro do Cazembe. O cientista compreende que precisa de se apoiar no poder africano.

As suas razões expô-las em poucas linhas: “(...) dizem que do Cazembe se pode ir a Moropoe (Lunda) em 60 dias, outros dizem 3 meses (...) e que no Reino Moropoe vêm canoas de Angola, ou de suas vizinhanças comprar escravos (...)”.¹¹

Mas o que nos ocupa aqui é a decisão do cientista. Para além das facilidades de trânsito que antevia, atraía-o a ideia de ver surgir no interior de África uma civilização

⁸ “Exportações dos Portugueses no Interior d’África Meridional – Documentos Relativos à Viagem de Angola para os Rios de Sena” (travessia dos pombeiros), *Annaes Marítimos e Coloniais*, parte não oficial, Lisboa, 3ª ser., 1843, pp. 189.

⁹ A. C. Pedroso Gamito, *O Muat aCazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muízas, Muembas, Lundas e OutosdeÁfrica Austral. Diário da Expedição Portuguesa Comandada pelo Major Monteiro e Dirigida Àquele Imperador nos anos de 1831 e 1832*, Lisboa, 1854, vol. 1, p. 349. Encontra-se no prelo o texto de Maria Emília Madeira Santos intitulado “O Bosque Sagrado do Senhor da Chuva” apresentado no livro de homenagem a Jean Boulègue pelo Centro de Recherches Africaines, Universidade Paris I.

Foi possível localizar uma fotografia do exterior deste bosque sagrado obtida por uma missão geográfica.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, vol 2º, p. 20.

¹¹ F. J. Lacerda e Almeida, *Documentos para a História das Colónias Portuguezas. Diário da Viagem de Moçambique para ao Rios de Sena*, Lisboa, 1889, p. 292.

que se assemelhasse à dos Incas e Astecas os quais considerava mais civilizados e polidos do que os Espanhóis que os tinham contactado.¹²

O astrónomo deixou-se tentar pela opção africana, refez os planos, mudou os itinerários ampliou os objectivos da pesquisa hidrográfica e fez-se ao caminho em direcção à Mussumba do Muata Cazembe.

Sem quinino, Lacerda e Almeida atingiu as margens do lago Moero já muito doente, iniciou os contactos com o rei que tudo fez para salvar o seu “irmão Geral de Tete”, mas ali morreu duas semanas depois. A sua memória foi guardada e venerada na corte e ecoou pelo caminho que pretendia percorrer. Quando dez anos após a sua morte, os Pombeiros saíram do Caçanje para percorrer o caminho no sentido contrário fizeram correr a notícia de que iam recolher os bens do Geral de Tete falecido no Cazembe e foram acreditados e protegidos no imenso espaço dominado pelos poderes africanos.

Os trilhos abertos ao comércio de longa distância eram pontuados por chefes locais que davam apoios vários às caravanas. Cientistas exploradores geógrafos, não menosprezavam a comodidade dessas vias que lhes garantiam abastecimento e segurança.

A primeira grande expedição científica que partiu de Angola em 1876, levava, como não podia deixar de ser, a incumbência de fazer um estudo hidrográfico. Serpa Pinto seguiu o caminho do comércio sertanejo para o Barotze, mas Capelo e Ivens arriscaram um novo tipo de itinerário, independentemente dos caminhos comerciais e dos chefes africanos. Sem trilhos, nem guias percorreram terras despovoadas e desertas, rasgando itinerários que convinham ao seu objectivo de cartografar a hidrografia cuja utilização dependia de técnicas modernas e estava fora do alcance dos chefes africanos.

A navegação fluvial a vapor não recrutava localmente o pessoal, nem precisava que lhes franqueassem o caminho, percorria vias que estavam lá, mas não eram praticadas pelos africanos. A canhoneira era irresistível porque chegava ao interior sem ter passado pelas resistências intermédias. Relativamente à penetração europeia, através das vias terrestres, as civilizações africanas tinham montado as suas defesas, criando capacidades de reacção, impondo um ritmo que, se não as defendiam do tráfico de escravos, lhes permitiam ganhar tempo para preservar valores.¹³

Capelo e Ivens voltariam a Angola com o objectivo de concretizarem a travessia do continente. O caminho era percorrido havia décadas pelo comércio sertanejo de longa distância de ambas as costas. Os exploradores seguiram um figurino de cientistas e abdicando de qualquer comodidade e segurança que os caminhos e os chefes africanos lhes podiam conferir para, em liberdade total, traçarem o itinerário mais espectacular do ponto de vista da geografia e da hidrografia.

O que nos interessa aqui é observar a sua estratégia para evitar a submissão às regras que o chefe do Barotze (Lobossi) e do chefe do Catanga (Muchire), à época os dois grandes centros comerciais, impunham ao comércio de longa distância que, a partir de leste e de oeste ali se cruzava. Em contrapartida desenharam o itinerário mais inovador, porque desligado de todos os caminhos abertos pelo poder político africano e percorridos pelo comércio sertanejo.¹⁴

Em qualquer dos casos acamparam, contra todas as regras, a uma distância conveniente da corte. Fizeram uma visita rápida, quase simbólica, para cumprir o mínimo de regras, pediram pouco ou nenhum apoio e seguiam em direcções praticamente intransitadas.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 290

¹³ Maria Emília Madeira Santos, “O Estudo da Hidrografia numa Região de Civilizações de terra, a África Central”, CEHCA/IICT, sep.181, Lisboa, 1985.

¹⁴ Idem, “*Travessias científicas da África: recursos e dependências*”, CEHCA/IICT, sep. 185, Lisboa, 1987.

Para além da política colonial europeia, era já perceptível, para os africanistas atentos da Sociedade de Geografia de Lisboa, a fragmentação do poder na África Central em que surgiam chefes guerreiros, sem base social, mas arrastando exércitos improvisados que enfraqueciam ou anulavam as sedes do poder das grandes oligarquias. Os sertanejos e as suas caravanas já não encontram a segurança que as cortes da Lunda, do Barotze, do Cazembe lhes concediam. Bunkeia era já o exemplo desse novo poder dos chefes guerreiros que reanimam a exportação de escravos e não conhecem regras de jogo.

Henrique de Carvalho foi o último grande explorador científico que partiu para a África Central em busca do mítico sítio do poder, a Mussumba, que, em 1884, se considerava a sede do mais poderoso império, o Muatiânvua, mas do qual apenas se conhecia o relatório de Rodrigues Graça e informações orais de sertanejos. Contrariamente aos expedicionários heróicos, Henrique de Carvalho firma bases administrativas e serve pretensões políticas. Procurava-se “a porta por onde podem penetrar na África Central a civilização e o comércio”.¹⁵ As instruções eram claras “procurar dispor o Muatiânvua a assinar um tratado de amizade e comércio e aceitar no seu território um “residente político”. Reatavam-se velhas aspirações de soberania política e pretendia-se dar aos trilhos sertanejos a estabilidade de vias comerciais abastecedoras do caminho de ferro de Ambaca.

Da parte do Muatiânvua parecia haver uma iniciativa oficial enviando uma embaixada ao governador de Angola manifestando o desejo que lhe fossem enviados filhos do Mueneputo. A função de Henrique de Carvalho era aproveitar esta preferência dos Lundas pelos Europeus que sempre tinham sido os seus interlocutores políticos. Mas as convulsões internas do Império Lunda tinham colocado a Mussumba numa situação que lhe retirava toda a capacidade de negociar fosse com quem fosse. Henrique de Carvalho avança por entre Lundas e Chokwe em guerra, informa-se, estuda, conversa e negocia.

Chega à Mussumba com bem pouco para apresentar ao Muatiânvua interino e aos *quilolos*, mas os seus anfitriões estavam em situação semelhante “era bastante a insignificância destes presentes para ajuizar da miséria a que tinham chegado os mais ricos estados do Muatiânvua”.

Ainda assinou um tratado com o Muatiânvua a 18 de Janeiro de 1887 em que este reconhecia a soberania de Portugal e se comprometia a não admitir nas suas terras outra bandeira (Belga ou Alemã) colonial.

Mas Chokwe e Lundas, em guerra, eram povos com quem precisava assinar pazes. Tudo se precipitou. Chegavam à Mussumba milhares de Lundas fugidos aos invasores, grassava uma epidemia, um grande fogo devorou a Mussumba.

Assistiu ao esvaziamento do sítio e à anulação do poder que o habitava. “Retiraram dois Muatiânvuas: um eleito, outro interino, diante de mim! Que culpa tinha disso? Vim assistir à queda do estado do Muatiânvua? Já o previa (...)”¹⁶

Henrique de Carvalho foi sem dúvida o último homem de uma longa cadeia, que desde Diogo Cão no Congo (1485), buscou o sítio do poder africano mais forte, para negociar a penetração europeia na África.

Não haverá mais negociações de parceria na área do poder político africano e colonial. Chegam as campanhas de pacificação que não são mais do que campanhas militares de conquista.

Muitas embalas foram conquistadas e destruídas, os sobas afastados ou mortos, as hierarquias secundárias mantidas como intermediários administrativos entre o poder

¹⁵ M. Pinheiro Chagas “Caminho de Ferro de Luanda e Ambaca”. *As Colónias Portuguesas*, Lisboa, ano III, número extraordinário, dedicado ao comércio e às colónias, Dez. 1884.

¹⁶ Henrique Dias de Carvalho, *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua*, vol. IV, Lisboa, 1894, p. 793.

colonial e as populações, muitos postos militares foram construídos próximo do sítio das embalas. O ritmo da conquista acelera-se extraordinariamente.

Se vou agora referir o caso do Bié é porque, para além do significado militar, traz consigo a mudança de toda uma série de estruturas económicas, de serviços e de comunicações que correspondiam ao comércio de longa distância partilhado por sertanejos brancos, negros, pombeiros e carregadores e que a curto prazo serão substituídas pela administração colonial, as companhias comerciais as estradas carreteiras, os carros boers e por último os camiões.

Na madrugada de 31 de Março de 1890, incapaz de chamar à razão os militares portugueses (Paiva Couceiro e Teixeira Pinto) e desautorizado pelo soba do Bié, na própria corte de Ecovongo, Silva Porto suicidou-se.

Em fins de Outubro chegava ao Bié uma força expedicionária, para vingar a morte de sertanejo, comandada pelo capitão Artur de Paiva e composta para além da infantaria e cavalaria, por 50 carros boers puxados por 800 bois.

A própria coluna expedicionária destacou uma força de 100 homens para desbravar caminho. O comboio em marcha ocupava quatro quilómetros e à sua passagem os rodados dos carros deixavam aberta uma estrada carreteira.

A 4 de Novembro era tomada a embala do Bié.¹⁷

Quatro dias depois procedeu-se à eleição do novo soba que prestou vassalagem e foi investido no poder por Artur de Paiva. De imediato iniciou a reedificação da antiga embala, onde estavam sepultados os seus antepassados.

Uma semana mais tarde procedia-se ao restauro da libata de Silva Porto preparando-a para servir de forte, quartel e residência do futuro capitão-mor. Era o forte militar de Belmonte que passava a representar a ocupação do colonial do Bié.

A sólida resistência dos Cuanhamas, ao Sul e algumas vezes do exército na região conduziram a um outro tipo de ocupação militar sistemática.

É na campanha de 1915 contra os Cuanhamas na sua capital N'giva, que se inicia o uso dos camiões automóveis. Os serviços excelentes prestados pelos carros boers no Bié no Bailundo e no Moxico, entre outros, dependiam do alimento e da água para os animais. No sul a obtenção da água era um problema que colocava o exército na mão das populações locais

No final das operações ficou completa a estrada de automóveis desde a linha do caminho de ferro até ao interior do distrito da Huila. O trajecto entre Moçamedes e N'giva, que anteriormente se fazia em 60 a 80 dias passou o poder fazer-se em 36 horas.¹⁸

A rapidez do avanço sobre N'giva, a capital, ficou a dever-se aos camiões, embora os carros boers seguissem na retaguarda. As populações não conheciam a velocidade nem o rendimento do motor das novas máquinas de transporte.

A embala foi encontrada no dia 4 de Setembro ainda fumegante, pois o chefe Mondume, surpreendido pela aproximação inesperadamente rápida da coluna militar ordenara que a incendiassem. O próprio Mondume refugiou-se na Damaralandia, o que não deu oportunidade às forças invasoras de promover a sua substituição.

De imediato a 5 de Setembro foi criado o comando territorial militar do Baixo Cunene, tendo a sede na N'giva, mais propriamente na embala do soba Monduma.¹⁹

Aqui não haveria nem dois sítios de poder, nem duas autoridades em presença.

Quando Artur de Paiva pergunta ao novo soba do Bié, eleito na sua presença, onde iria construir a nova embala, ele responde que iria reconstruir Ecovongo. O núcleo da

¹⁷ Artur de Paiva, vol. I, Lisboa, A. G. C., 1938, p. 209-210.

¹⁸ General Pereira de Eça, *Campanha do Sul de Angola*, Lisboa, Imprensa-Nacional, 1928, p. 44 e 185.

¹⁹ *Idem*, p. 681-682.

administração colonial seria em Belmonte na libata do sertanejo imolado. Os dois pólos do poder destruídos e reconstruídos haviam de permanecer lá até hoje.

Na N'giva, o forte militar foi construído sobre as ruínas da embala e as estradas carreteiras confluíram com os caminhos gentílicos no único sítio do poder existente. Entre a visita de Diogo Cão à Banza Congo e a campanha militar à N'giva um longo e lento processo histórico tem de ser percorrido para que se possa compreender as várias etapas no seu conjunto de Angola *on move*.